



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001113-51.2015.815.0751 – 5ª Vara da Comarca de Bayeux

RELATOR: Tércio Chaves de Moura (Juiz convocado para substituir o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos)

APELANTE: Maria da Penha Conceição Alves

ADVOGADA: Elza da Costa Bandeira

APELADO: A Justiça Pública

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO BASTANTE A RESPALDAR A CONDENAÇÃO PELO TRÁFICO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. DOSIMETRIA DA PENA. PENA FIXADA EM PATAMAR ADEQUADO. DESPROVIMENTO.

- Não há falar em reforma da decisão, quando demonstrada a materialidade e a autoria, para os fins de tipificação do delito previsto no art. 33 da lei de drogas.

- Respeitado os termos dos arts. 59 e 68 do CP e do art. 42 da Lei 11.343/06, não há que se falar em revisão da pena fixada pelo juízo de primeiro grau.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos acima identificados.

ACORDA a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em negar provimento ao recurso.

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação criminal** interposta por **Maria da Penha Conceição Alves**, em face da sentença de fls. 124/133, prolatada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara da Comarca de Bayeux, Juíza Conceição de Lourdes M. de Brito Cordeiro, nos autos da ação penal acima numerada, promovida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, **que, julgando procedente a ação, a condenou, com fulcro no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas), impondo-lhe uma pena de 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, além de 925 (novecentos e vinte e cinco) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.**

Exsurge da inicial acusatória (fls. 02/05) que, no dia 30 de julho

de 2015, por volta das 17hs:00min, no Bairro do Baralho, no Beco do Sisal, na cidade de Bayeux, a denunciada foi presa em flagrante levando substância entorpecente em sua bolsa.

Destaca a peça acusatória que policiais militares, ao realizarem rondas na localidade, foram informados que uma mulher transportava certa quantidade de droga. Ao se dirigirem ao local, os policiais depararam-se com a acusada, sendo constatado que esta, no interior de sua bolsa, portava 04 (quatro) pacotes acondicionando fragmentos de maconha, totalizando 2.942,9g, prontos para a comercialização.

Diante desse fato, a ré foi incurso na pena do art. 33 da Lei 11.343/06 do CP (tráfico de drogas).

Devidamente notificada, nos termos da Lei nº 11.343/06, a processada apresentou defesa prévia (fls. 74/86).

Recebida a denúncia em 28/abril/2016 (fl. 89).

Realizada a audiência de instrução em julgamento (fls. 104/107). Foram apresentadas alegações finais pelo Ministério Público (109/112) e pela ré (118/123).

Finda a instrução processual, o juízo *a quo* proferiu sentença (fls. 313/328), julgou procedente a ação penal, tendo, tendo condenado a ré uma pena de 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, além de 925 (novecentos e vinte e cinco) dias-multa.

Inconformado o ré interpôs recurso de apelação (fls. 140). Em suas razões recursais (fls. 141/144), alega a apelante que o conjunto probatório não se mostra suficiente para justificar o decreto condenatório, tendo, em caráter subsidiário pugnado pela revisão da pena privativa de direito cominada.

Nas contrarrazões de fls. 157/161, o Ministério Público pugnou pelo desprovisionamento do recurso apelatório e, conseqüente, manutenção da sentença recorrida.

Nesta instância, a Procuradoria de Justiça, no seu parecer de lavra da Procuradora de Justiça Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo, manifestou-se pelo desprovisionamento do recurso.

**É o relatório.
VOTO.**

Da autoria e materialidade

Diga-se, inicialmente, que a substância entorpecente apreendida com a acusada foi atestada como cannabis sativa, "maconha" (quantidade: 2.942,9 g), substâncias de uso proscrito no Brasil, conforme laudos de constatação de fls. 17 e 68/70.

De acordo com a tese externada pela defesa do ré, a condenação daquele não está corroborada pelas provas dos autos, inexistindo elementos para justificar a condenação.

As alegações, contudo, não merecem prosperar.

In casu, o auto de prisão em flagrante (fls. 07), o auto de apresentação e apreensão, os laudos de constatação (fls. 17 e 68/70) e as provas testemunhais embasam o decreto condenatório açoitado.

Em seu depoimento (mídia de fls. 104), a testemunha Edmilson Cardoso de França, Policial Militar, afirmou que, no dia do fato, receberam informações que uma mulher, com as características da sentenciada, trazia certa quantidade de drogas da cidade de João Pessoa/PB para o Bairro do Baralho, em Bayeux/PB. Relatou também que, com base nas informações, montaram campana e realizaram a abordagem e encontraram, na sacola suspeita, quase 03 (três) quilos de maconha, pontuando que a inepçada, quando avistou a chegada dos policiais, tentou se desfazer da droga, jogando a bolsa.

No mesmo sentido, foi o depoimento da testemunha Edvaldo Monteval Alves Marques, Policial Militar, tendo acrescentado que a localidade era propícia para este tipo de ocorrência (mídia de fls. 104).

Lado outro, a versão apresentada pela defesa, de que a droga foi jogada por outra pessoa identificada como "Galega", não apresenta consistência no conjunto probatório acostado aos autos, sendo inservível para afastar a conclusão da ilustre julgadora de primeiro grau.

Tais elementos revelam que a conduta do indivíduo não se enquadra na hipótese do art. 28 da Lei 11.343/06 (posse de drogas para consumo pessoal), mas, sim, na figura típica do art. 33 da Lei 11.343/06, haja vista que os elementos probatórios, em especial a forma de acondicionamento da droga (quatro pacotes) e a quantidade de substância entorpecente apreendida (quase 03 quilos), o que se coaduna com o tipo aberto do artigo acima mencionado, que fala em comercialização, transporte e trazer consigo substância entorpecente.

Nessa linha, destaco a posição da Câmara Criminal do TJPB/PB, veja-se:

*“TRÁFICO DE ENTORPECENTES. Art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Preliminar de nulidade absoluta. Alegação de falta de fundamentação na decisão que recebeu a denúncia. Inexigibilidade de fundamentação complexa. Rejeição. Materialidade e autoria consubstanciadas. Condenação. Ausência de provas. Conjunto probatório que evidencia a mercancia. **Depoimentos dos policiais. Validade. Desclassificação para uso. Impossibilidade.** Omissão na sentença no tocante à causa especial de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Exigência. Princípio do duplo grau de jurisdição. Remessa ao juízo a quo. Provimento parcial do apelo. A decisão sucinta que recebeu a denúncia está pautada no art. 41 do Código de Processo Penal, porquanto não é inepta e estão presentes os pressupostos processuais, das condições da ação e a existência de justa causa, motivo pelo qual não há que se falar em ausência de fundamentação, ademais a defesa não arguiu tal nulidade em tempo oportuno. Restando comprovadas autoria e materialidade do delito, impossível acolher a pretendida absolvição por ausência de provas, pois os elementos probantes amealhados durante a instrução processual, em especial os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante dos agentes, são mais do que bastante para ensejar a condenação. Outrossim, diante da logicidade proporcionada pelo acervo probatório colacionado durante a instrução criminal, não há como recepcionar a pretensão absolutória pela simplista alegação de que a droga pertencia*

apenas ao primeiro denunciado, até porque, ao contrário do que aduz a defesa, o conjunto probatório coligido é, indubitavelmente, suficiente para justificar a condenação pelo delito descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Os depoimentos dos policiais inquiridos em juízo servem como forte elemento de convicção do julgador, porque relataram os fatos ocorridos com fidelidade, coerência e firmeza, e se contra eles não há qualquer indício de má-fé, têm valor probante, podendo embasar a condenação. **Não há como desclassificar a conduta delitiva do réu de tráfico de drogas para uso, tipificado no art. 28 da Lei nº 11.343/2006, haja vista a materialidade e a autoria do delito do art. 33 da mesma Lei Tráfico de Entorpecentes estarem amplamente evidenciadas no caderno processual.** Ao Juiz sentenciante compete examinar a possibilidade de aplicação ou não do disposto no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006. A sua omissão não pode ser corrigida por este Tribunal, sob pena de ocorrer supressão de instância, ao considerar o princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, daí o retorno dos autos ao Juízo de origem”. (TJPB; ACr 001.2010.004095-3/002; Câmara Especializada Criminal; Rel. Des. Arnóbio Alves Teodósio; DJPB 22/10/2012; Pág. 9).

“APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE USO PRÓPRIO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO A CRIMES QUE ENVOLVEM TÓXICOS. POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE PARA CONSUMO PESSOAL DESCARACTERIZADA. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. Ocorrendo denúncia da mercancia ilícita de entorpecentes e, em seguida, perpetrada a prisão em flagrante delito na posse da droga pronta para comercialização, mostra-se comprovado que a substância entorpecente se destinava ao tráfico e, não, ao consumo próprio. Os aspectos objetivos do crime de tráfico de drogas impedem a aplicação do princípio da insignificância (bagatela), já que este delito possui um elevadíssimo grau de reprovabilidade, sendo, inclusive, definido como hediondo. Ademais, esta conduta é extremamente ofensiva à sociedade, comumente servindo como mola propulsora de outros crimes como furtos, roubos e até homicídios, não podendo, de nenhuma forma, ser considerada um indiferente penal, pouco importando a quantidade de droga apreendida”. (TJPB; ACr 200.2008.027145-1/001; Câmara Especializada Criminal; Rel. Des. Carlos Martins Beltrão Filho; DJPB 10/10/2012; Pág. 12).

“Tráfico ilícito de substância entorpecente. Condenação. Irresignação defensiva. Ausência de materialidade por inexistência do laudo químico toxicológico definitivo antes do recebimento da denúncia. Inocorrência de nulidade. Laudo provisório que reconhece positivo para cocaína aliado as demais provas. Súplica pela sua absolvição ou, desclassificação para o crime de uso de substancia entorpecente. Argumentação infundada. Confissão extrajudicial de um dos denunciados. Depoimentos testemunhais com contundente acervo probatório da materialidade e autoria delitiva. Desprovemento do apelo. (...) É imprópria a alegação de nulidade em razão da falta de exame toxicológico definitivo, se evidenciada, nos autos, a comprovação da materialidade do delito por meio de laudo provisório de constatação de substância entorpecente. A desconstituição do julgado só é admitida em casos de flagrante e inequívoca ilegalidade, o que não restou evidenciado in casu. (STJ - HC 19.518-MS - 5.ª T., Rel. Min. Gilson Dipp, pub. No DJU de 20/05/2002 e na Revista dos Tribunais, v. 806, p. 499). Provada a materialidade e a autoria do delito, através das provas constantes nos autos, indicando a traficância, como observado nos presentes autos, não há como acolher o pleito absolutório, bem ainda o pedido de condenação por uso. ACORDA a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba em, negar provimento ao apelo, em harmonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça. Unânime.” (TJPB, Apelação Criminal Nº 0012007.002741-0/002. Câmara Criminal. Relator: Des. Antônio Carlos Coêlho da Franca. DJ: 29/08/2008). Grifos nossos.

Verifica-se, pois, que, a despeito da inconformação da apelante, há, nos autos, provas cabais e suficientes a evidenciarem a materialidade e a autoria delitivas do tráfico de entorpecentes.

Do exame da pena

Pugna a apelante, em caráter subsidiário, pela revisão do capítulo relativo à dosimetria da pena.

Ab initio, o disposto no art. 33 da Lei 11.343/06 estabelece uma pena entre 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e o pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

No caso, com relação ao crime de tráfico de drogas, observa-se que o Juiz de piso, com fulcro no art. 59 do CP e 42 da lei 11.343/06, fixou a **pena-base em 08 (oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, além de 875 dias-multa, tendo considerado desfavorável a conduta social, personalidade, consequências do crime e a natureza e quantidade da droga apreendida em poder da condenada.** Em seguida, na segunda fase, reconheceu a agravante de reincidência (art. 61, I, do CP), razão pela qual aumentou a pena de 03 (três) meses, **tendo fixado a pena definitiva, por não existir causas de aumento e diminuição, inclusive a do art. 33, §4º, da lei acima mencionado, em 09 (nove) anos de reclusão, no regime fechado, além do pagamento de 925 (novecentos e vinte cinco) dias-multa.**

No que toca à pena-base e às circunstâncias do art. 59 do CP e 42 da Lei nº 11.343/06, constata-se que a pena-base foi fixada em patamar razoável, pois, em meu sentir, pois a presença das circunstâncias desfavoráveis acima justifica a fixação da pena-base entre o mínimo e a metade parâmetro legal, **razão por que reputo a pena-base em 08 (oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, além do pagamento de 875 (oitocentos e setenta e cinco) dias-multa.**

Na segunda fase, **de forma correta, reconheceu a agravante de reincidência e aumentou da pena de 03 (três) meses, acréscimo não se mostra excessivo. Por não ser a acusada primária,** acertou a magistrada de primeiro grau, quando **não aplicou da causa de diminuição** do art. 33, §4º, da lei de drogas. Assim, tenho por **correta a pena definitiva de 09 (nove) anos de reclusão, no regime fechado, além do pagamento de 925 (novecentos e vinte cinco) dias-multa.**

Destarte, observa-se que o julgador observou os parâmetros legais, pelo que não há falar em reforma da *decisum* nesse ponto.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial,
NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

Oficie-se ao Juízo da Execução Penal da Comarca de Bayeux.

É como voto.

Presidiu o julgamento, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Arnóbio Alves Teodósio, Presidente da Câmara Criminal e revisor, dele participando também os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tércio Chaves de Moura (Juiz convocado para substituir o Exmo. Sr. Des. Márcio Murilo da Cunha

Ramos), **relator**, e Marcos William de Oliveira (Juiz de Direito Convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador).

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 28 de setembro de 2017.

Tércio Chaves de Moura
Relator – Juiz convocado